

Editorial

Olhares sobre a sustentabilidade

O tema sustentabilidade tornou-se relevante após a Conferência de Estocolmo em 1972, sobre o Meio Ambiente e a Estratégia de Conservação do Planeta, da *International Union for the Conservation of Nature*. Os líderes mundiais compreenderam que os cidadãos dos países desenvolvidos tinham começado a prestar atenção às questões ambientais e sentiram-se pressionados a enfrentar o impacto ambiental do desenvolvimento. Nasceu, assim, a Comissão Brundtland, cujo relatório, publicado pela Oxford University Press sob o título *Our Common Future* (1987), acentuou essencialmente os planos ambiental e económico, mas já colocou implicitamente as outras áreas que com o tempo foram associadas ao construto sustentabilidade:

- *Ambiental*, focada na organização e qualidade do território e dos espaços físicos (SACHS, 2002);
- *Económica*, centrada na gestão eficiente dos recursos (GARCIA, 2016);
- *Social*, abordando os estilos de vida e as expressões do viver em comunidade (COSTA NETO & ANJOS, 2002);
- *Cultural*, focada na expressão do pensamento, arte e recreação (SILVA, SOUZA e CEZAR LEAL, 2012);
- *Política*, preocupada com o modo de organizar a sociedade e os recursos disponíveis ACSELRAD e LEROY, 2003; SILVA e SHIMBO, 2006).

A dimensão ambiental começou por salientar a questão das alterações climáticas, aliás ainda hoje completamente pertinente; mas tem em consideração também a organização e qualidade do território e dos espaços físicos (SACHS, 2002), tanto a relação urbano-rural, como a qualidade do espaço citadino, que interage diretamente com o social: habitação em bairros com atendimento à saúde, à educação, entre outros serviços, nomeadamente o saneamento básico e o fornecimento de água de qualidade. É o que conduziu à definição de Satterthwaite de

metas sociais para as cidades; e este autor salienta ainda (SATTERTHWAITE, 2004, p. 155) que o conceito de sustentabilidade social “poderá ser considerado como sendo a sustentação das sociedades atuais e suas estruturas sociais”, interligadas como estão às metas ambientais e económicas. .

Na dimensão económica, a Agenda 2030 define o objetivo de desenvolvimento sustentável nestes termos: *Promover um crescimento económico firme, inclusivo e sustentável, e emprego produtivo e trabalho decente para todos*. Tal como no caso de ‘*erradicar a pobreza*’, a complexidade deste objetivo é evidente. Por um lado, temos um objetivo definido claramente no âmbito da economia, o *crescimento económico firme*: podemos considerar que se visa um crescimento sistemático, sem retrocessos, mensurável em termos de PIB ou medidas similares. Mas mesmo neste sentido restrito, é iniludível a observação de impasses ao longo dos tempos, não só em economias locais, mas no sistema global. Impõe-se, por isso, uma análise complexa, decididamente interdisciplinar, dos processos envolvidos. Um outro ponto do objetivo merece reflexão: *crescimento económico inclusivo*. Além do crescimento sistemático e firme, pretende-se construir uma economia promotora da inclusão, anti-marginalizante: um objetivo situado na esfera social, que introduz a complexidade de fenómenos como a diversidade económica, cultural, educacional, eventualmente étnica e histórica (CROCHÍK, 2003).

A dimensão social da sustentabilidade é definida por Sachs (2002) como “o alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa (...) qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais”. Em consonância com Sachs, a Carta da Terra (1992) afirma a importância da equidade na distribuição de recursos entre segmentos populacionais, a universalização de estruturas básicas, como saneamento, acesso à informação, educação e serviços de saúde. E Satterthwaite (2004) propõe que o conceito de sustentabilidade social “seja considerado como a sustentação das sociedades atuais e suas estruturas sociais”: habitação em bairros com atendimento à saúde, à educação e outros serviços.

A dimensão cultural é referida por Sachs (2002) como equilíbrio entre a tradição e a inovação, capacidade de elaboração autónoma de um projeto nacional integrado, que Souza e Schuttel (2011) resumem na autoconfiança e autoafirmação, conjugadas com a abertura para o mundo, tendo como base a formação de cidadãos protagonistas responsáveis. Silva e Shimbo (2001), finalmente, vêem-na como “a promoção da diversidade e identidade cultural, em todas as suas formas de

expressão e representação, propiciando a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referencie a história e a memória das comunidades”.

A dimensão política tem sido um dos pressupostos mais consistentemente defendidos em estudos sobre a sustentabilidade (Guivant, 2002): favorecer o acesso dos cidadãos à informação, permitindo a melhor compreensão dos problemas e oportunidades, com a participação ativa dos cidadãos nas decisões é visto como fator essencial numa política de sustentabilidade. Leroy *et. al.* (2002) e Silva e Shimbo (2001) chamam a atenção para três caminhos de acerto de políticas pró-sustentabilidade: produção de conhecimento, intervenção na cadeia produtiva, e capacitação pessoal, preparando profissionais para a pesquisa e a intervenção.

O desenvolvimento sustentável é, assim, articulado num processo civilizatório que combina as várias dimensões da sustentabilidade, com relevo para o bem-estar social e o desenvolvimento humano: afirmação da identidade cultural e desenvolvimento dos saberes; interação da família, escola e instituições políticas; desenvolvimento de uma visão integrativa dos vários contextos, desde o local ao nacional e internacional.

Para esta última edição da revista *Fluxos & Riscos*, desafiámos os investigadores do CPES e outros interessados a produzirem textos originais sobre as múltiplas dimensões da sustentabilidade. Assim este número da revista explorou e aprofundou problemáticas interdisciplinares relacionadas com a sustentabilidade. Procurou-se criar um diálogo apostado na convergência de modo a ultrapassar eventuais barreiras epistemológicas e criar uma dinâmica de inovação enraizada na interdisciplinaridade e no raciocínio complexo.

Homenagem:

Este último número da revista *Fluxos & Riscos* é uma homenagem ao seu Diretor Professor Teotónio R. de Souza, falecido a 20 de fevereiro de 2019.

Ana Lorga da Silva¹ e Artur Parreira²
Editores deste volume

1 <https://orcid.org/0000-0001-7514-8278>

2 <https://orcid.org/0000-0002-5707-8787>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brundtland Commission (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press
- Crochik, J. L. (2003). Manifestações de preconceito em relação às etnias e aos deficientes. *Boletim de Psicologia*, 52(118), 89-108.
- Garcia, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão Econômica da Sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas do Direito*, v.13 n.25 p.133-153 Belo Horizonte, Jan./Abril. 2016.
- Guivant, Julia (2002). Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. *Congresso Mundial da International Sociological Association*, Brisbane, 8-13 de julho.
- LEROY, J.P.; BERTUCCI, A. A.; ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; SCHISIENGER, S.; PACHECO, T. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Petrópolis: Vozes, 2002.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente) (1992). *Carta da Terra*, Disponível em: <www.mma.gov.br>.
- Sachs, Ignacy (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Satterthwaite, D. (2004) Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. In: Menegat, R.; Almeida, G. (Orgs.). *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 129-169.
- Silva, S.R.M. e Shimbo, I.(2001). Proposição básica para princípios de sustentabilidade. In: *Encontro nacional e Encontro latino americano sobre edificações e comunidades sustentáveis*, 2., Canela, RS. *Anais...* Porto Alegre: NORIE/UFRGS, p. 73-79. 2001.
- Souza, N. e Schuttel, S. Sete dimensões da sustentabilidade para a organização saudável. *Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade*. Fundação Antonio Meneghetti&Faculdade Antonio Meneghetti- Recanto Maestro, 2011 - ISSN 2237-4582.